

Bracher discute dívida com comitê de bancos

NOVA YORK — Funcionários do governo brasileiro, chefiados pelo presidente do Banco Central, FERNÃO BRACHER, encontraram-se ontem em Nova York com banqueiros do comitê assessor para a dívida externa, quando começaram a discutir a renegociação de US\$ 19 bilhões (dívidas de longo prazo) e mais um ano de prazo para a dívida de curto prazo (US\$ 16 bilhões), que vence hoje.

O comitê assessor de bancos é formado por representantes das maiores instituições financeiras norte-americanas, incluindo o Citibank, o Chase Manhattan, o Morgan Guaranty, o Chemical e o Manufacturers Hanover.

Segundo fontes financeiras, Bracher quer pressionar os banqueiros para conseguir ampliação de um ano no prazo de pagamento da dívida de US\$ 16 bilhões. Esse dinheiro é formado por financiamentos comerciais e empréstimos interbancários, em relação aos quais os bancos norte-americanos já concederam anteriormente adiantamentos.

O governo brasileiro pretende obter não apenas a prorrogação das linhas de crédito interbancárias, mas também taxas de juros mais baixas nos processos de refinanciamento, disse ontem Bracher. Após uma reunião com o comitê assessor de bancos para a dívida externa brasileira, Bracher afirmou aos jornalistas que seu objetivo nas conversações, que não prosseguir hoje, "é conseguir um prazo adicional para negociar e estudar as propostas que serão permutadas".

COMIND

Um dos pontos principais em pauta, segundo fontes bancárias, é a dívida de US\$ 455 milhões que os bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave deixaram de saldar com bancos internacionais. O governo brasileiro se propôs a pagar a metade dos US\$ 455 milhões aos bancos internacionais, mas isso não satisfaz os credores, segundo se informou nos meios financeiros em Nova York.



Arquivo

Obter menores taxas, uma das metas de Bracher

Bracher, indagado a respeito, respondeu: "Estamos fazendo esforços e investigando os bens desses bancos. Seus ex-proprietários estão colaborando, mas também querem proteger os interesses dos credores brasileiros. Estamos procedendo à liquidação dos bens e pode haver uma surpresa (quanto ao montante a pagar)".

Sobre se o pagamento poderia chegar a 100%, Bracher afirmou que se busca "o máximo possível, mas não diria que vamos chegar a 100%". Bracher respondeu afirmativamente quando lhe perguntaram se o governo brasileiro pretendia pedir uma redução das taxas de juros. Comentou, porém, que da atual rodada de conversações nada se espera de decisivo, exceto uma eventual prorrogação dos créditos bancários.

A questão das dívidas do Comind, Auxiliar e Maisonnave ameaça complicar as conversações e a renovação das linhas de crédito de curto prazo, assim como o refinanciamento de parte da dívida externa brasileira, disseram os banqueiros. O Brasil concordou em pagar 25% da divi-

da de US\$ 455 milhões em meados do ano, mas o governo ressaltou que qualquer desembolso eventual poderia depender dos ativos dos bancos liquidados.

A impressão geral é que Bracher terá de mostrar-se o mais hábil possível para convencer os banqueiros e obter êxito. "Há temor de um confronto", disse outro banqueiro.

A renovação das linhas de crédito a curto prazo também se complica devido à posição de reserva de alguns bancos sobre a atual extensão, solicitada em agosto do ano passado. Segundo os termos do acordo entre o Brasil e os bancos, a extensão deverá contar com o respaldo de 100% destes antes que possa ser prolongada e alguns banqueiros duvidam que as pressões dos maiores emprestadores surtam efeito sobre instituições que já estavam relutantes.

Com a prorrogação por um ano das linhas de crédito, os bancos também temem uma redução na força que têm nas negociações com os brasileiros, uma vez que o espaço de tempo torna-se maior.